

STJ00101997

INGO WOLFGANG SARLET
PAULO AFFONSO LEME MACHADO
TIAGO FENSTERSEIFER

CONSTITUIÇÃO
E LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL
COMENTADAS

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gestão editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Luciana Carneira Shirakawa

Arte e diagramação Jessica Siqueira

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Paula Brita Araújo

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tiago Dela Rosa

Capa Casa de Ideias

Produção gráfica Marti Rampim

Impressão Ed.Loyola

Acabamento Ed.Loyola

ISBN 978-85-02-62647-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sarlet, Ingo Wolfgang

Constituição e legislação ambiental comentadas / Ingo
Wolfgang Sarlet, Paulo Affonso Leme Machado, Tiago
Fensterseifer. – São Paulo : Saraiva, 2015.

I. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito ambiental
- Legislação - Brasil I. Sarlet, Ingo Wolfgang. II. Machado,
Paulo Affonso Leme. III. Fensterseifer, Tiago. IV. Título.

15-00940

CDU-34:502.7(81)(094.56)

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil : Leis comentadas : Direito ambiental :
Legislação 34:502.7(81)(094.56)

Data de fechamento da edição: 10-7-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e
punido pelo art. 184 do Código Penal.

139.961.001.001

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	11
<i>Nota dos autores</i>	19
<i>Introdução</i> – A evolução legislativa do direito ambiental brasileiro: da proteção fragmentária e instrumental dos recursos naturais ao reconhecimento da autonomia dos bens jurídicos ambientais (Lei n. 6.938/81) e do direito fundamental ao ambiente (CF/88)	21
<i>Tabela cronológica da evolução da legislação ambiental brasileira e dos principais fatos históricos relacionados à matéria</i>	27
1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	31
1.1. Comentário geral.....	31
1.1.1. Constituições anteriores.....	32
1.2. Doutrina especializada	32
1.3. Comentários à legislação.....	35
2. LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI N. 6.938/81, DE 31 DE AGOSTO DE 1981)	175
2.1. Comentários gerais	175
2.1.1. Precedentes legislativos	179
2.1.1.1. O Decreto n. 73.030/73 e a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) no âmbito federal: o primeiro marco da “institucionalização” de uma política pública voltada à proteção ambiental	179
2.1.1.2. O Decreto-Lei n. 1.413/75 e o controle da poluição ambiental provocada pelas atividades industriais ..	182
2.1.1.3. O Decreto n. 79.437/77 e a incorporação no ordenamento nacional da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (1969): o estabelecimento	

	de parâmetros legais para a caracterização da responsabilidade civil por danos ambientais	183
2.1.1.4.	A Lei n. 6.453/77 e a consagração da responsabilidade civil "objetiva" na hipótese de danos nucleares: o passo inicial rumo à consagração da natureza objetiva da responsabilidade civil ambiental.....	184
2.1.1.5.	A Lei n. 6.803/80 e a consagração do estudo de impacto ambiental na legislação brasileira.....	186
2.2.	Doutrina especializada	188
2.3.	Comentários à legislação.....	190
3.	LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI N. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985)	273
3.1.	Comentário geral.....	273
3.1.1.	O Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90)	277
3.2.	Doutrina especializada	278
3.3.	Comentários à legislação.....	280
4.	LEI DOS AGROTÓXICOS (LEI N. 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989).....	333
4.1.	Comentário geral.....	333
4.2.	Doutrina especializada	336
4.3.	Comentários à legislação.....	337
5.	LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (LEI N. 9.433/97)	359
5.1.	Comentário geral.....	359
5.1.1.	Precedentes legislativos	362
5.1.1.1.	O Código das Águas de 1934 e os primeiros "indícios" de uma preocupação com a poluição hídrica em defesa da saúde pública.....	362
5.1.1.2.	O Decreto n. 50.877/61 e a primeira definição legal de poluição.....	364
5.1.2.	A Lei n. 7.661/88 sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	365
5.1.3.	A Lei da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007).....	367
5.2.	Doutrina especializada	368
5.3.	Comentários à legislação.....	369
5.4.	Principais resoluções do CONAMA sobre recursos hídricos	407

6. LEI DOS CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS (LEI N. 9.605/98).....	409
6.1. Comentário geral.....	409
6.2. Doutrina especializada	413
6.3. Comentários à legislação.....	414
7. LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI N. 9.795/99) .	469
7.1. Comentário geral.....	469
7.2. Doutrina especializada	470
7.3. Comentários à legislação.....	471
8. LEI DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATU- REZA (LEI N. 9.985/2000).....	483
8.1. Comentário geral.....	483
8.1.1. Precedentes legislativos	486
8.1.1.1. A Lei n. 6.902/81 e a criação de Estações Ecológi- cas e Áreas de Proteção Ambiental: no caminho da consolidação do regime jurídico das unidades de conservação	486
8.2. Doutrina especializada	488
8.3. Comentários à legislação.....	489
9. CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ART. 1.228, § 1º).....	539
9.1. Comentário geral.....	539
9.1.1. Precedentes legislativos	541
9.1.1.1. O Estatuto da Terra de 1964 e os primeiros contor- nos ecológicos da função social da propriedade	541
9.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) e a função ambien- tal da propriedade (e da posse) urbana.....	542
9.2. Doutrina especializada	545
9.3. Comentários à legislação.....	547
10. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL (LEI N. 10.650/2003).....	555
10.1. Comentário geral.....	555
10.1.1. A Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).....	556
10.2. Doutrina especializada	559
10.3. Comentários à legislação.....	560
10.4. Principais resoluções do CONAMA sobre participação pública, edu- cação ambiental e acesso à informação ambiental.....	568

11. LEI DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (LEI N. 12.187/2009).....	571
11.1. Comentário geral.....	571
11.1.1. A Lei da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n. 12.608/2012) e a questão dos <i>refugiados</i> ou <i>necessitados</i> em termos ecológicos (ou <i>socioambientais</i>).....	575
11.2. Doutrina especializada	577
11.3. Comentários à legislação.....	578
11.4. Principais resoluções do CONAMA sobre poluição atmosférica	591
12. LEI SOBRE COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL (LEI COMPLEMENTAR N. 140/2011)	595
12.1. Comentário geral.....	595
12.2. Doutrina especializada	598
12.3. Comentários à legislação.....	599
12.4. Principais resoluções do CONAMA sobre licenciamento ambiental ..	631
13. NOVA LEGISLAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA (LEI N. 12.651/2012, COM ALTERAÇÕES DA LEI N. 12.727/2012).....	635
13.1. Comentário geral.....	635
13.1.1. Precedentes legislativos	644
13.1.1.1. O Código Florestal de 1934 e as primeiras limitações “conservacionistas” ao direito de propriedade (em prol do interesse comum)	644
13.1.1.2. O Código Florestal de 1965: o principal marco normativo do “conservacionismo” jurídico-ambiental brasileiro.....	647
13.1.2. A Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006).....	649
13.2. Doutrina especializada	651
13.3. Comentários à legislação.....	652
13.4. Principais resoluções do CONAMA sobre proteção florestal.....	748
<i>Tabela cronológica das principais resoluções do CONAMA.....</i>	<i>751</i>